

Infâncias em ditadura: negações e negacionismos

Ángela Urondo Raboy

Tradução: Leonardo Coutinho Rodrigues

Revisão: Lauro José Siquiera Baldini

Nesta nota, Ángela Urondo propõe devolver substância àquelas infâncias que foram invalidadas e dar visibilidade às crianças vítimas da ditadura para torná-las parte da memória coletiva.

“Nada do que acontece é esquecido, ainda que não possa recordá-lo”

Hayao Miyazaki

“A memória não se ocupa efetivamente de todo o passado, mas sim do passado ausente do presente. E esse é o passado dos vencidos. O passado dos vencedores não exige memória porque já está presente no que teve lugar”

Max Horkheimer

“Para os oprimidos, sua história é um permanente estado de exceção”

Walter Benjamin

Negação

Tens sorte de não tê-lo vivido. Não te aconteceu nada. Imagina se houvesse estado lá. Imagina o que te poderiam ter feito se te levassem. Suponha que te tivessem trocado o nome e te distanciando de tua família. Menos mal que não te mataram, de algum modo te salvaram. Por sorte eras muito pequena. Está tudo ótimo. Pronto. Dessa idade não te podes recordar. És um pouco exagerada. Por sorte não foi nada. Esquece. Já passou.

Não é fácil falar das infâncias em ditadura sem sufocar-se. Há imagens que fazem fechar os olhos de espanto, permanecem escondidas detrás das pálpebras, ficam como pedras presas na mente e não se vão. É um desafio voltar ao tema, uma ferida velha, transmitir o significado de tantos fatos ultraviolentos sem reproduzir essa mesma violência, narrar os danos sem machucar, dimensionar a tortura, contar o horror sem converter-se na repetição do horror. Medir o alcance das palavras e o que expressam é um trabalho que requer compromisso de cuidado, amor e ética.

A orfandade, o roubo e a apropriação criminosa de identidades de bebês, meninas e meninos, filhos de pessoas ilegalmente detidas, assassinadas e desaparecidas dentro do plano sistemático de tortura e extermínio são provavelmente os prejuízos mais conhecidos, provados e difundidos de todos os cometidos contra as infâncias pela

ditadura na Argentina, algo que praticamente todo mundo conhece graças à tarefa monumental das *Abuelas [de Plaza de Mayo]*. Mas, podemos acreditar, por acaso, que este foi todo o dano que a ditadura pôde haver executado contra meninos e meninas? Claro que não.

Meninos e meninas foram levados aos calabouços, à clandestinidade, de reféns, à alteridade, ao silêncio, ao incerto, a porretadas, em portas malas de carros, encapuzados, aos sótãos, às mordanças, à tortura, ao abuso sexual, de mão em mão, à impertinência, enjaulados, ao exílio, à orfandade, ao pânico, às casas dos captadores, à superadaptação, ao documento falso, ao desamparo, ao suicídio, à busca de anestesia, à marginalidade, à depressão, ao paredão, ao precipício, aos voos, aos submarinos, às ruas, aos armários, às valas comuns, às sombras, sob as luzes dos faróis, à eletricidade, ao interrogatório, às grades, à fatalidade, aos pesadelos, à fome, ao frio, à desnudez, à queimadura, à invisibilidade, à exposição, à insônia, ao estado de alerta, à morte anônima, às piores vivências, à asfixia, à perdição, ao mar de gente morta.

De maneira direta ou indireta, a repressão deixou na sociedade e nas infâncias da época marcas de terror geracional. Entretanto, para muitos é preferível crer que não aconteceu nada aos meninos e meninas, que foram alheios à história, que a repressão não os atingiu.

Custa reconhecê-lo. Inclusive muitos sobreviventes daquelas crianças a quem tocou o sem sentido da violência repressiva ainda não podem tomar consciência de sua situação, incluir-se no relato das operações vividas, colocar-se em contato com essa parte da memória, dar-lhe crédito, poder narrá-lo em primeira pessoa sem a contaminação dos relatos construídos pela via dos adultos.

Os estados de negação podem ser muitas vezes produto do mesmo terror instalado. Frente ao insuportável ou inconcebível, se produz um estado de rechaço, de clausura irracional, um mecanismo que fecha comportas em reação de maneira automática para não saber, para não inteirar-se ou inclusive para deixar de fora e esquecer o que já se sabe, o que se soube, o que se viu. Tudo pode ser posto em dúvida até se tornar impossível o acontecido.

Incrível. Não pode ser. Talvez estejas confusa. Deve ser uma causalidade ou um erro. Não creio. Quem sabe. O que passou não passou, mas por sorte já passou e não foi nada. Mudemos de assunto. Não insistas, não te coloques pesada.

Negacionismos

Outro assunto é o negacionismo que se exerce de maneira consciente, quando o que se sabe é negado, omitido ou trocado de lugar de propósito. Quando se constroem mentiras explícitas com o objetivo de induzir ao erro, assegurar impunidade, aterrorizar, semear opinião, tirar vantagem. Quando se incorre diretamente em ações e discursos negacionistas, há um posicionamento político, desde e para o qual se difundem e instalam ideais operadas que podem funcionar a nível de justificação, cumplicidade, apologia ou encobrimento, motivadas por interesse, por compromisso, por conveniência ou por pura coincidência ideológica com os crimes negados.

Aqui não aconteceu nada senhores. Nem vivos, nem mortos. Em algo andavam. Menores em nossa dependência? Negativo. Estão loucas. De que infâncias falam?

“Delinquente subversivo foi abatido em Mendoza.

Com outros extremistas tentava ocupar uma delegacia. Abandonaram um bebê”.

“Abateram em Mendoza um delinquente subversivo.

Usou como escudo a uma criança. Planejavam atacar uma delegacia”.

“(…) no veículo foi abandonado um menino de aproximadamente um ano de idade. Este proceder de utilizar crianças como escudo para levar a cabo seus intentos assassinos, expondo-os a ser feridos ou mortos durante a ação e abandonando-os a sua própria sorte diante do menor fracasso fala claramente da pouca moral e dos sentimentos desviados que animam a estes delinquentes subversivos (...)”.

Este comunicado, difundido em junho de 1976 através da agência de notícias Telam, foi reproduzido pelos jornais e meios sob intervenção à disposição da ditadura, leva o selo ideológico e a assinatura de Luciano Benjamín Menéndez, chefe do terceiro corpo do exército.

Esta prática discursiva não foi excepcional, mas sim formava parte da lógica de disciplinamento social do estado terrorista. O objetivo dela apontava tanto à criminalização e estigmatização das vítimas, como ao bloqueio das operações e a naturalização da justificativa do horror, todos meios para garantir a impunidade.

Deste modo a ditadura implantou, através da ação psicológica, conceitos específicos referidos às famílias e às infâncias sobre as que estavam atuando.

Com a liberdade de expressão cerceada, grande parte da população ficou inerte frente a este tipo de operações de controle social. Frases como: “*Por algo será*” ou “*Algo fizeram*”, foram um claro exemplo de seu resultado.

O texto de Menéndez, com sua proclamação de desprezo à vida, operou para instalar uma ideia desumanizada e demonizada sobre aquelas pessoas que desejavam fazer desaparecer. Expondo que há vidas que não importam, que há pessoas que podem ser despojadas de seus direitos, que para o estado nada valem. A vida *nua* como argumento justificativo para o extermínio, em consonância com a in-substancialidade pregada pelo discurso de [Jorge Rafael] Videla [primeiro general a ocupar o governo ditatorial, entre 1976 e 1981, após o golpe militar na Argentina], sobre aqueles que: “*Não estão nem vivos nem mortos, são desaparecidos*”.

Meninas e meninos: duplamente não-pessoas

Vale recordar que em 1976 não existiam direitos das crianças e adolescentes, nem o amparo legal mínimo próprio do estado de direito. A Convenção pelos Direitos da Criança não tinha sido criada até 1989 e foi subscrita pela Argentina recentemente em

1994. Até esse momento estava vigente a Ley de Patronato de Menores do ano de 1919. É por isso que, durante a ditadura, as crianças não eram de modo algum consideradas sujeitos de direito, mas sim que foram catalogadas como objetos de tutela. Objetos sem direitos civis enquanto infantes, em um contexto adultocêntrico dominante. Sob a lógica da ditadura, aqueles que eram considerados subversivos perdiam a categoria de pessoa e, portanto, não tinham direito algum, nem à vida. Qualquer um podia ser qualificado de delinquente subversivo, inclusive um bebê. As crianças foram, então, a encarnação de uma múltipla categoria de não-pessoa. Tanto concretamente, como narrativamente, as meninas e meninos foram despersonalizados, utilizados como coisas, especialmente se tratando de filhos e órfãos de militantes tachados de subversivos.genocidas

“Usaram como escudo uma criança”. “Usaram como escudo uma criança”. “Usaram como escudo uma criança”. A frase circula em minha cabeça como uma figura de carrossel que dá voltas, sobe e abaixa.

Faço a tentativa de imaginar as coisas tal como aparecem descritas desde a perspectiva em que foram expostas pelo autor, ainda que conheça bem a cena. Faz ruído por todas as partes, range, falha. O que ficou dito entre linhas? Trato de ler mais além do evidente e do que haja querido dizer.

“Usaram como escudo a uma criança”. Pá. A imagem perturbadora impacta. Tardo bastante em me dar conta de que existe outra leitura das mesmas letras, uma contra face.

Por que criaria o autor a figura do bebê escudo?

Como ler, quando toda a linguagem está pervertida e deu uma volta? Como entender ou interpretar, mais além do perverso, estas expressões sobre as crianças *“abandonadas à própria sorte, antes o menor fracasso”*? *“O menor fracasso”*. *“O menor fracasso”*. *“O menor fracasso”*. Outra vez o carrossel com o disco arranhado. *“Pouca moral”*. *“Desviados sentimentos”*. Os genocidas falam de si mesmos. No texto descrevem a lógica de seu proceder no que se refere a *“utilizar crianças como escudo para levar a cabo seus intentos assassinos”*. São eles mesmos *“expondo-os a ser feridos ou mortos durante qualquer ação”*. As palavras de Menéndez nunca deixam de ser uma confissão.

O escudo como elemento primário de defesa aparece porque existe um ataque explícito. Na cena a criança funciona como escudo porque é receptor das balas. As forças repressivas dispararam em profusão contra um bebê, diante de todo o mundo em plena rua e à luz do dia, exibindo uma capacidade de dano grosseira e desigual aos olhos de todos.

O comunicado quer encobrir, por um lado, mas descobre por outro, ao reconhecer que a criança foi alvo de tiro de seu grupo de tarefas¹. Oferece argumentos com os quais se pretende justificar a repressão em geral e a repressão infantil em particular, normalizando estes fatos, mas, mediante a generalização, o fato singular se torna uma ação plural e se assume como parte das tarefas habituais dentro do plano sistemático de extermínio.

¹ Os grupos de tarefas, ou GT, eram os grupos das Forças Armadas argentinas responsáveis pelos sequestros, torturas, estupros, assassinatos e desaparecimentos na ditadura cívico-militar de 1976-1983.

São os assassinos que quiseram proteger-se nos corpos dos e dos bebês, que pra eles nunca valeram nada.

Buscam guarida do olhar histórico, da justiça, do futuro e da recordação de suas próprias balas.

Infâncias em ditadura: uma parte da memória coletiva

Tudo isso pode nos servir para contextualizar e compreender melhor a época e o lugar designado às infâncias, a origem dos silêncios, do rechaço, dos olhares esquivos, a negação do ocorrido aos meninos e meninas na ditadura, que muitas vezes se sustenta até a atualidade.

É tempo de encontrar algo de valor e formas possíveis para falar de tudo o que ainda incomoda. É momento de resgatar e defender como tesouros as memórias imaturas, para poder narrar os episódios desde perspectivas próprias. Aplicar as ferramentas que temos no presente para revisar os fatos do passado e derrubar assim a ideia da criança acessório, satélite, apêndice de outros, da criança objeto-não-pessoa. Deve-se exigir que a justiça reveja em perspectiva os casos contra as infâncias. É absurdo seguir sob lógicas negacionistas como a teoria da *criança bolsa*, que termina na prisão por estar colada ao braço de outra *não-pessoa-subversiva*. Quem sabe as infâncias não tenham sido o objetivo principal dos genocidas, mas as crianças definitivamente foram seus prisioneiros políticos, reféns, presas concretas da ditadura. É necessário dizer e repetir que: as meninas e meninos não foram somente os filhos das pessoas sequestradas, mas que em muitos casos, também foram os companheiros de cela de seus pais sequestrados.

Deve-se reconhecer os acontecimentos para devolver substância desde o presente àquelas infâncias que foram invalidadas e reverter na medida do possível os danos. Deve-se visibilizar as crianças vítimas da ditadura para poder incluí-las e torná-las parte da memória coletiva. Deve-se observar muito bem os algozes, sua ação e sua discursividade. Para desarmar o que deles ainda perdura. Deve-se seguir construindo memória, verdade e justiça, pelos sobreviventes e por todos os que jamais poderão ser reparados.

Sempre com a mesma coisa, menina? É necessário? Quando vai parar? Já passou! Já chega!

Não houve erros, não houve excessos. Nem dois demônios.

Não há escudos sem balas. Não há presente sem passado.

Ángela Urondo Raboy

Ilustradora e escritora. Autora de “¿Quién te Creés que Sos?”, editado por Capital Intelectual em 2012. Autora de *Pedacitos* e de *Infancia y Dictadura: colección de relatos simbólicos, sueños recurrentes y visiones infantiles sobre la dictadura*. Coautora dos livros “*La Comunicación en los Territorios. Experiencias en la Construcción Colectiva del Conocimiento*”, organizado por Nestor Daniel Gonzalez e Alfredo

Alfonso, editado pela Universidad Nacional de Quilmes (UNQ) em 2019, “*Buenas Prácticas Comunicacionales en Casos de Restitución de Identidades*”, coordenado por Mariana Baranchuk e Daniel Badenes, editado pela UNQ em 2019; e “*Yo Lucho por el Aborto Legal*” organizado por Florencia Saintout, editado por Editorial de la Universidad de la Plata - EDULP em 2019.

Sobrevivente, em 2013 sua identidade (que desconhecia até 1994) foi restituída legalmente. Sua mãe, a jornalista Alicia Cora Raboy, está desaparecida e seu pai, o poeta Francisco “Paco” Urondo foi assassinado no processo do genocídio. Atualmente materna dois filhos; trabalha como roteirista de cinema e TV; escreve em *El cohete a la Luna publica* como colaboradora em vários meios; integra a assembleia de sócios do CELS – Centro de Estudios Legales y Sociales; atua como professora de pós-graduação no Mestrado em Comunicação e Direitos Humanos da Faculdade de Jornalismo da Universidad Nacional de La Plata (UNLP); faz parte de dois programas de pesquisa de extensão universitária na UNQ e na UNLP.